

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: O FECHAMENTO DE ESCOLAS EM  
PORTO NACIONAL – TO**

**FIELD EDUCATION: THE CLOSURE OF SCHOOLS IN PORTO  
NACIONAL – TO**

**EDUCACIÓN DEL CAMPO: EL CIERRE DE ESCUELAS EN  
PORTO NACIONAL – TO**

**Luziane Miranda da Silva<sup>1</sup>**  
*luzianems@hotmail.com*

**Atamis Antônio Foschiera<sup>2</sup>**  
*foschiera@uft.edu.br*

**José Pedro Cabrera Cabral<sup>3</sup>**  
*josepedro@uft.edu.br*

**RESUMO:** Esse artigo apresenta a opinião da comunidade acadêmica sobre o fechamento de escolas do campo no Brasil e traz a opinião de comunidades escolares que estão sob perspectiva de fechamento no município de Porto Nacional – TO. Os dados foram obtidos através de entrevista, observação e análise de documentos. Os resultados mostram a necessidade de mais investimentos por parte do governo; que as comunidades discordam do fechamento das escolas; e que o combate ao fechamento depende da organização comunitária, de parcerias com instituições jurídicas e diálogo com a secretaria de educação para construção de acordos que atendam ao interesse educacional do educando.

**Palavras-chave:** Educação do Campo - Fechamento de Escolas do Campo- Transporte Escolar.

**ABSTRACT:**

This article presents the opinion of the academic community about the closure of rural schools in Brazil and bringing the school communities' opinion that are under closing perspective in the city of Porto Nacional - TO. Data was obtained through interview, observation and documents analysis. Results show the necessity more government investments, that the communities disagree with the closure of schools and the fight against this one depends on organization of community, partnerships with legal institutions and dialogue with the education department to build agreements that meet the learner's educational interest.

**Key words:** Field Education - Closing Field Schools -Transportation

---

<sup>1</sup> Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins e Professora da Educação Básica da Rede Pública Municipal de educação em Porto Nacional, TO.

<sup>2</sup> Doutor em Geografia, Professor do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins/Campus de Porto Nacional.

<sup>3</sup> Doutor em História, Professor do Curso de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins/Campus de Porto Nacional.

**RESUMEN:** Este artículo presenta la opinión de la comunidad académica sobre el cierre de las escuelas rurales en Brasil y ofrece la opinión de las comunidades escolares que están bajo un posible cierre en el municipio de Porto Nacional – TO. Los datos se obtuvieron a través de entrevistas, observación y análisis de documentos. Los resultados muestran la necesidad de más inversión por parte del gobierno; que las comunidades no están de acuerdo con el cierre de las escuelas; y que la lucha contra el cierre depende de la organización comunitaria, las asociaciones con instituciones legales y el diálogo con el departamento de educación para construir acuerdos que satisfagan el interés educativo del estudiante.

Palabras clave: Educación del Campo; Cierre de Escuela del Campo; Transporte Escolar.

## INTRODUÇÃO

A educação do campo pode ser definida como um movimento e política originada da demanda por escola e da crítica à educação ofertada aos camponeses (educação rural), a qual tem sua constituição histórica compreendida pela interpretação da luta de classes, das tensões e conflitos que ocorrem nos territórios (CALDART, 2009). Assim, é importante compreender como essa política tem se desenvolvido nos municípios, de maneira que ela seja afirmada enquanto direito do povo e não como mercadoria.

A educação ofertada aos camponeses no Brasil foi inicialmente pensada por uma elite agrária e escravocrata que se interessava apenas na exploração da mão de obra tecnicista, voltada para a produção latifundiária. Posteriormente, com ascensão dos movimentos sociais e luta por reforma agrária, começou a se pensar também em um modelo de educação vinculado a realidade da vida do camponês, que valorizasse seu modo produção e cultura. Assim, nasceu a educação do campo, que “torna-se cada vez mais necessária como instrumento de apoio técnico, intelectual e político nas lutas que os (as) trabalhadores (as) do campo travam diariamente” (PIRES, 2012, p. 110).

A maioria das escolas no campo ainda está distante de atuar com as metodologias e princípios necessários para o atendimento daquilo que preconiza as diretrizes da Educação do Campo. A luta atual é para que cada vez mais a escola do campo seja promotora do desenvolvimento do educando para sua formação intelectual e atuação no próprio campo. O problema é que muitos governos ao invés de trabalharem para o atendimento desse propósito, têm feito uma política de fechamento de escolas do campo, com a justificativa de ser inviável manter escolas isoladas com número de alunos reduzido, acabar com as

turmas multisseriadas<sup>4</sup> e de concentrar recursos, uma vez que o valor do recurso destinado para as despesas é calculado de acordo com o número de alunos. Defendem ainda, que melhores condições de ensino e estrutura podem ser ofertadas em escolas nucleadas, resultantes de fechamentos de outras.

Essa realidade foi verificada no município de Porto Nacional - TO, localizada a 60 km da capital, Palmas, na região Norte do país, que juntamente com a região Nordeste, lidera o *ranking* de fechamento de escolas do campo no Brasil. De acordo com o ofício n.º. 80, da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Porto Nacional, expedido no dia 28 de janeiro de 2018, foi possível identificar uma relação de 31 escolas municipais do campo fechadas entre 2001 e 2014, em 24 diferentes comunidades. Discutir os motivos desses fechamentos e apresentar a opinião da comunidade escolar, possivelmente impactada por novos fechamentos ou nucleamentos, constituem os objetivos desse trabalho.

Para obtenção dos dados primários foi feita observação *in loco* e entrevistas realizadas entre março e setembro de 2018. De um total de 12 escolas municipais localizadas na zona rural de Porto Nacional, seis foram visitadas, porém, três constituem nosso objeto de estudo (Figura 1), a saber: Escola Faustino Dias dos Santos (EFDS)<sup>5</sup>, Escola Antônio Benedito Borges (EABB)<sup>6</sup> e Escola Pau D'Arco (EPD)<sup>7</sup>. A escolha dessas escolas se deu porque duas estão sob perspectiva de fechamento - Antônio Benedito Borges e Pau D'Arco - e a Escola Faustino Dias dos Santos passou por processo de nucleação. Segundo Rodrigues *et al* (2017 p. 3) nucleação:

“... corresponde à desativação da escola, por um período de 5 anos, e ao posterior fechamento. A nucleação, na primeira fase do ensino fundamental, se configura como o deslocamento de crianças e jovens das redes municipais e estaduais de ensino das escolas rurais, localizadas em comunidades que apresentam baixo número de matrículas ou caracterizadas como isoladas, devido à precária infraestrutura em relação às escolas de comunidades vizinhas melhores aparelhadas.”

Os sujeitos entrevistados foram: um integrante da gestão atual (2017 a 2020) da educação do campo do município de Porto Nacional; uma liderança de comunidade rural (presidente de associação) cuja escola é objeto de estudo dessa pesquisa; dois pais ou

---

<sup>4</sup> É uma forma de organização de ensino em que o professor trabalha na sala de aula, com diferentes séries do Ensino Fundamental ao mesmo tempo.

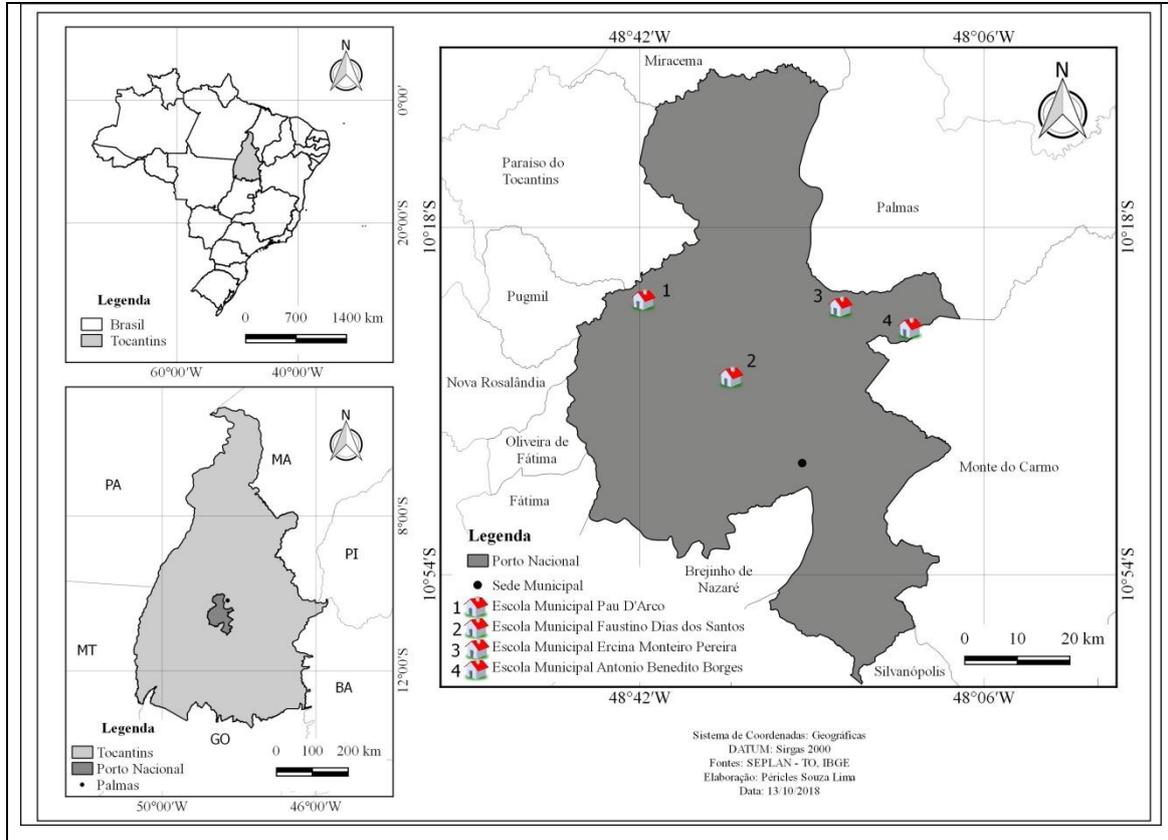
<sup>5</sup> Atende alunos da Educação Infantil (Pré-escola- 4 e 5 anos) e Primeira Fase do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

<sup>6</sup> Atende alunos da Educação Infantil (Pré-escola- 4 e 5 anos) e Primeira Fase do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

<sup>7</sup> Atende alunos da Primeira (1º ao 5º ano) e Segunda Fase do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano).

responsáveis por alunos e dois professores das escolas do campo pesquisadas.

**Figura 1 – Mapa de Localização das Escolas Municipais em Análise<sup>8</sup>**



Para a obtenção dos dados secundários ocorreu análise de documentos que caracterizaram a realidade da educação do campo no município de Porto Nacional. Dentre esses documentos foram analisados: ofícios, relatórios de avaliações anuais, memorandos, relatórios de formação continuada, Projeto Político Pedagógico de escolas e outros dados estatísticos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Nacional- TO.

## PARADIGMAS DA EDUCAÇÃO RURAL E DO CAMPO

Notar a diferença entre educação rural e educação do campo é fundamental para fortalecer aquela que realmente interessa ao campesinato. Apresenta-se, abaixo, uma breve caracterização da educação rural e da educação do campo.

<sup>8</sup>No mapa foi inserida a Escola Ercina Monteiro Pereira, que poderá receber os alunos da Escola Antônio Benedito Borges.

A história da educação do campo no Brasil foi fortemente influenciada pela conjuntura política e econômica do país, de modo que a visão de educação ofertada aos camponeses surge condicionada pelas matrizes culturais escravistas, latifundiárias e controlada pelo poder político e econômico das oligarquias. Esse grupo importou um modelo de educação urbana caracterizado pela dominação das elites agrárias sobre os trabalhadores e por um ensino que estava direcionado para formação de mão de obra para agricultura produtivista, desenvolvimento urbano industrial, bem como para conter o êxodo rural (PIRES, 2012).

O processo de modernização do Brasil colocou a educação escolar como necessidade para o desenvolvimento. Educação para o progresso era o lema da República Velha (1889-1930), mas um pouco antes desse período, congregações religiosas instalaram escolas nas províncias e ofertaram o ensino médio nas cidades para classes médias e baixas.

Com o início do processo de industrialização em 1930, houve um êxodo rural muito forte, o que causou uma preocupação relacionada ao que seria feito para conter esse fluxo migratório do campo para a cidade. Outras preocupações eram a dos patriarcas que perderiam sua mão de obra, e da elite urbana que via na inibição do êxodo rural uma forma de evitar problemas para a cidade como: inchaço populacional, marginalização, violência ocasionada principalmente pela falta de oportunidade de trabalho, doenças, entre outros.

E para combater os problemas causados pelo êxodo rural, surgiu o Ruralismo Pedagógico, que segundo Leite (1999, p. 29) foi um movimento destinado a fixar o homem no campo, mas a modificação no sistema agroexportador fez a educação tomar novos rumos, bem como sofrer influências progressistas trazidas pelos Pioneiros da Escola Nova, que preconizava oportunidade escolar para todos.

No Estado Novo (1930 a 1945) houve uma introdução ao pensamento científico pelo governo nacionalista de Getúlio Vargas, que manteve a educação voltada para a profissionalização, valorizando o ensino vocacional urbano, o que atenderia as necessidades das indústrias que estavam em ascensão e precisavam de mão de obra escolarizada. A educação do campo, porém continuava sem evolução, somente a obrigatoriedade e a gratuidade da escola foram direitos garantidos por lei para todos os públicos.

No fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria fez grandes potências como Estados Unidos criarem alianças com países subdesenvolvidos como o Brasil a fim de evitar a expansão de ideologias comunistas, seu mercado de produtos agropecuários e

com isso criou-se um interesse pela educação do campo. Ribeiro (2013), afirma que a materialização desse interesse foi a criação da Comissão Brasileira Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR- 1945), Campanha Nacional de educação Rural (CNER- 1950), Serviço Social Rural (SSR- 1950). Mais tarde, já no governo militar, teve a criação da Superintendência Regional de Desenvolvimento – SUDENE; Centro de Treinamento; Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) hoje Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.

Segundo Leite (1999), esses programas ofertaram educação não formal, de cunho assistencialista, incentivaram os camponeses a usarem técnicas para melhorar a produção e a qualidade de vida. Em parte esses objetivos foram alcançados, porém a subordinação aos ideais hegemônicos continuava. A aplicação desses programas procurou combater problemas esporádicos do interior, sem, contudo, se preocupar com as especificidades de cada lugar e em resolver a raiz do problema, assim os camponeses continuaram à margem, subordinado ao capital e tendo influências urbanas sobre sua cultura.

Entre os anos de 1950 e 1960 deu-se continuação dos trabalhos que buscava preparar o Brasil para um cenário industrial. Assim, ações da Comissão Econômica para América Latina e Caribe- (CEPAL) e também da Comissão Nacional de Educação Rural trabalharam com projetos de educação de jovens e adultos e de erradicação do analfabetismo. A educação, porém, era tida como um meio de formar mão de obra e não como instrumento de emancipação social.

O paradigma presente na educação rural traz um modelo de educação que carrega os ideais da agricultura patronal. O mesmo importa-se, primordialmente, em formar mão de obra para atuar na produção, bem como prega a utilização das técnicas em nome da alta produtividade, explora, expropria e ignora as demandas sugeridas pelos movimentos sociais e exclui o que não venha a contribuir com a geração de lucros e acúmulo de capital. Superar essa concepção de educação rural é o que a educação do campo tem buscado.

A expansão do agronegócio fez a economia crescer mantendo um quadro de desigualdade social. Apesar disso presenciamos o “endeusamento” desse modelo de agricultura como única via possível. “Essa condição é reforçada pela mídia e por estudiosos que homogeneízam as relações sociais, as formas de organização do trabalho e do território como se fossem da mesma natureza. Desse modo, procuram comparar as produtividades do agronegócio e da agricultura familiar” (FERNANDES E MOLINA, 2004, p. 18).

A educação do campo, porém, é um tipo de educação popular, que nasceu das lutas dos movimentos sociais na busca de uma escola que atenda as especificidades dos camponeses, e em oposição à educação rural, que reproduz o modelo de desigualdade. Nesse contexto, a educação do campo aparece como elemento de grande relevância social, expressa em sua forma de construção e materialidade, que a torna premissa da democracia e caminho para o desenvolvimento social do país. Uma escola do campo alinhada aos interesses e necessidades de seus sujeitos.

Existe um movimento sendo construído e ao mesmo tempo, formando o paradigma da educação do campo. Os sujeitos ligados a esse movimento estão diretamente ligados a questão agrária. Fazem parte dessa construção os movimentos sociais populares do campo, universidades, organizações institucionais, sociedade civil e outros. A nascente desse movimento encontra-se na luta pela reforma agrária e outros direitos, destacando-se à atuação do MST nas escolas de assentamentos e dos acampamentos (MUNARIM, 2008).

A formulação do conceito de Educação do Campo se fortaleceu em 1997 no Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária – ENERA que ocorreu em Brasília, organizado pelo MST em parceria com Universidade de Brasília- UNB, Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura UNESCO e Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB (FERNANDES E MOLINA, 2004). Nesse encontro fez-se um manifesto, em que se afirmava a luta por escolas que fortalecesse as novas formas de desenvolvimento no campo, em que a identidade do meio rural fosse preservada e que a educação fosse feita com base em princípios como a justiça social, na cooperação agrícola, no respeito ao meio ambiente e na valorização da cultura camponesa.

Em 1998 e 2004 ocorreram as Conferências Nacionais por uma Educação do Campo, ambas com a preocupação de aprofundar o debate e refletir se o projeto educacional responde às especificidades dos povos do campo. Precedida de conferências estaduais e unindo muitos parceiros e educadores, da 1ª conferência nasceu um movimento chamado Articulação por uma Educação Básica do Campo. E dos diversos encontros surgiram iniciativas importantes como: coleção de livros para favorecer a divulgação e o embasamento da reflexão sobre a Educação Básica do Campo, o acompanhamento da tramitação no Congresso Nacional do Plano Nacional de Educação – PNE, o estímulo à realização de Seminários Estaduais e Regionais sobre Educação Básica

do Campo, dentre outras ações (ARROYO E FERNADES, 1999, p. 8).

Na segunda Conferência Nacional por uma Educação do Campo em 2004, fez-se mais um dos cadernos temáticos que destacou conquistas como: escolarização dos sujeitos do campo, desenvolvimento de diversas atividades, aumentando a produção de materiais didáticos apropriados, possibilitando maior participação dos sujeitos em seminários locais, regionais e nacionais, criação de cursos novos e a difusão do referencial teórico nas escolas, que proporcionou experiências, reflexões, estudos e pesquisas. Foram criadas parcerias com instituições públicas como as universidades federais, estaduais e comunitárias de todas as regiões (ARROYO E FERNADES, 1999). Tudo isso contribuiu na construção do paradigma da Educação do Campo.

A Lei de Diretrizes e Bases, também, abriu precedentes legais para criação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo – 2002. Esse documento previu dentre outros, direitos à garantia à universalização do acesso da população do campo ao Ensino Fundamental e Médio, à Educação Especial, à Educação Indígena, à Educação Profissional de Nível Técnico e à Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal. Essa lei também considerou as demandas provenientes dos movimentos sociais, que são importantes para subsidiar os componentes estruturantes das políticas educacionais.

Em 2008, foram estabelecidas novas diretrizes que previram a modalidade de Educação Especial e de Jovens e Adultos para camponeses que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos no tempo certo. O transporte, quando necessário, foi previsto como indispensável, assim como a participação da comunidade nas decisões referentes às questões educacionais que melhor se adequem a realidade. “A organização e o funcionamento das escolas do campo respeitarão as diferenças entre as populações atendidas quanto à sua atividade econômica, seu estilo de vida, sua cultura e suas tradições” (BRASIL, 2008, p.2).

Todos esses movimentos geraram impactos teóricos e práticos, como a criação de cursos em todos os níveis, realização de estudos e pesquisas em universidades, organização de eventos para discutir a temática e entre outros (FERNANDES E MOLINA, 2004). A luta dos movimentos sociais continua e tem sido insistente no sentido de estruturar legalmente a Educação do Campo para que ela se torne uma política pública, mais ainda, para que deixe de serem propostas e passe a ser concretizada no mundo real.

## VISÕES DA COMUNIDADE ACADÊMICA SOBRE O FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO NO BRASIL

Janata e Anhaia (2015) entendem que o fechamento ou nucleação de escolas do campo e a adoção do transporte é resultado, principalmente, de políticas neoliberais dos anos 1990, que se basearam em preceitos de gestão educacional de mais eficiência e menos gastos, resultando em medidas de racionalização do dinheiro público. No início dos anos 1990, políticas neoliberais se espalhavam pelo mundo, em especial pelos países em desenvolvimento, como o Brasil. Várias políticas foram criadas no sentido de promover a universalização escolar, mas ao mesmo tempo a influência e ação do capital internacional consolidou o neoliberalismo, resultando na promoção de um Estado minimalista, que levou à privatização de estatais, desmantelamento dos serviços e cortes de gastos em investimentos públicos.

Nogueira & Ramires (2017), entendem que a questão do fechamento de escola está diretamente relacionada com a política de governo e com a política agrária existente no Brasil, e acredita que foi uma estratégia para desarticular e enfraquecer as lutas pela terra, em um movimento contrário agora, não de contenção, mas de levar as crianças para a cidade e fazê-las acreditar que este é o melhor lugar para que permaneçam e empreguem a formação que receberam para atender ao mercado.

Mariano & Sapelli, (2014), também inferiu que o avanço do agronegócio no campo seja a principal causa do fechamento das escolas. Por isso, as autoras expõem dados que fazem refletir sobre a desigualdade fundiária no Brasil e mostra que: 1% do total das propriedades rurais detém 44,42% das terras e 3,35% detém 61,57% das terras; que o índice de Gini (indicador dessa concentração) aumentou de 0,836 em 1967, para 0,854 em 2006 (Censo Agrário- IBGE, 2006). Diante dessa realidade desigual, é possível enxergar como é difícil a classe trabalhadora possuir terra no Brasil, e que ainda estamos longe da tão sonhada reforma agrária comprovadamente necessária. Enquanto isso não ocorre, os dados mostram a crescente elevação do número de escolas fechadas no país.

Guimarães (2017, p. 91) em seu trabalho sobre fechamento de escolas do campo, considerou que:

O fechamento das escolas na comunidade seria parte de uma estratégia de imposição de um processo de desterritorialização das populações

rurais tradicionais para dar lugar físico geográfico e político a outro modelo de desenvolvimento econômico do campo, com base na agricultura do monocultivo, para atender os industriais e a economia de mercado alienígena.

Todos esses entendimentos mostram que a garantia de uma política pública de educação no campo depende diretamente da Política de Reforma Agrária, porém ela ainda não é consolidada no Brasil.

Portanto, hoje, já não dá e não há como esconder os desmandos, o descaso, a barbárie patrocinada pelo projeto do capital no campo, em nome de uma agricultura de negócios – agronegócio, principalmente com os muitos problemas (destruição do ambiente; mortes; vazão populacional, dentre outros) mostrados mundo afora, principalmente nos últimos tempos. (PERIPOLLI & ZOIA, 2011, p. 2).

A educação do campo se contrapõe a esse modelo de campo e de sociedade, em que há concentração de terras e de riquezas. Por isso a importância da luta dos movimentos sociais na garantia e cobranças dos direitos e combate a um projeto de campo sem camponês, sem escola, sem saúde, cultura, lazer e outros.

Uma das políticas implementadas que contribui para o fechamento de escolas do campo é o repasse de recursos via Fundos de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que estipula o valor nacional por aluno/ano sem considerar que por estar na zona rural o custo educacional desse aluno seja mais caro. Mariano & Sapelli, (2014, p. 9) também consideram que os poucos recursos destinados às escolas são responsáveis pelos fechamentos:

O repasse de recurso via FUNDEB que estipula o valor nacional por aluno/ano que representa um referencial mínimo a ser complementado pela união em conjunto com o estado ou município. O valor anual mínimo nacional por aluno, em 2013 foi de R\$ 2.243,71 (dois mil duzentos e quarenta e três reais e setenta e um centavos). Essa estipulação de valor *per capita* por aluno levou muitos gestores municípios e estaduais a fechar escolas em função do número reduzido de estudantes.

O censo demográfico do IBGE e o censo escolar do Ministério da Educação – MEC em parceria com o INEP (2013) mostraram que existem mais de 70 mil escolas no campo, porém o fechamento escolar é um grave problema que vem reduzindo esse número. Foram fechadas mais de 37 mil escolas do campo no Brasil, entre 2003 e 2013, o

que significa uma queda de 31,4% do total. Em 2003 havia 103.300 escolas do campo e, em 2013, 70.816 escolas.

Comparando os censos escolares do MEC/INEP 2003 e 2012, no estado do Tocantins, 633 escolas no campo foram fechadas. Essa ação não é exclusiva do Tocantins, ocorrendo nas diferentes regiões do Brasil, conforme pode-se observar no quadro 1, abaixo apresentado.

**Quadro 1** - Fechamento de escolas do campo, por região, no Brasil entre 2003-2012

REGIÃO	2003	2012	TOTAL de escolas fechadas
NORDESTE	58.819	41.927	16.882
NORTE	19.662	15.952	3.710
SUDOESTE	12.793	8.813	3.980
SUL	9329	5.604	3.725
CENTRO OESTE	2.725	1.816	908

Fonte: Censo Escolar -MEC/INEP (2003 e 2012)

Diante de dados apresentados, o Boletim da Articulação Paranaense Por uma Educação do Campo (nº. 1, 2015, p. 7) sugeriu algumas estratégias de combate ao fechamento, que seguem numeradas: 1) Organizar uma assembleia geral na comunidade escolar (pais e responsáveis, alunos, professores, funcionários em geral), comunidade externa (imprensa, universidades, movimentos sociais) e os responsáveis pela educação do município para juntos discutirem o assunto. Nessa reunião devem ser elaborados dois documentos: Uma ata com a decisão da comunidade de não fechar a escola e a justificativa, assinada pelos participantes da assembleia. O segundo documento é um Abaixo-assinado solicitando a permanência da escola, da turma ou turno. Todos os presentes devem assinar, assim como todos os moradores da comunidade. 2) Organizar uma comissão. Após a assembleia uma comissão deverá ser formada com representação dos pais, mães, educandos, lideranças e professores para encaminhar os documentos ao Ministério Público e ou a Secretaria Municipal de Educação ou equivalente. A ata feita na assembleia comunitária e o Abaixo Assinado devem ser protocolados, oficializando a denúncia no Ministério Público. 3) Solicitar reunião com a Promotoria Pública. Após protocolar a denúncia no Ministério é importante fazer a denúncia pessoalmente com os membros da procuradoria e comissão formada na comunidade. 4) Fazer reunião com autoridades

(vereadores, responsáveis da secretaria de educação) e apresentar os documentos (ata e abaixo assinado) solicitando a revisão do encaminhamento do fechamento da escola. 5) Fazer divulgação na imprensa local (rádio e jornal) e outros meios para se ter o apoio da sociedade em geral.

Além do fechamento, ocorre nucleação de escolas que se dá quando pequenas delas são concentradas em uma, maior com a promessa de serem mais estruturadas e com mais qualidade, o que nem sempre ocorre, continuando sem estrutura, internet, quadras de esportes e laboratórios.

### **SOBRE O FECHAMENTO E NUCLEAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO EM PORTO NACIONAL-TO**

Durante a pesquisa foi possível conhecer um pouco mais sobre a história do fechamento de algumas escolas. Sobre a Escola Faustino Dias dos Santos que se tornou uma escola nucleada. O entrevistado EFDS1<sup>9</sup> (2018) contou que para nucleação foram fechadas sete escolas, a saber: Santa Marta I, Santa Marta II, Bom Jesus da Larva Grande, São João Bosco, São João do Bejuí, Frei Gil, a última ele não recordou o nome. Ele acredita que o fechamento dessas escolas tem como ponto positivo ter saído do multisseriado e porque os professores são agora mais qualificados, e como ponto negativo tem-se todos os problemas gerados pelo transporte.

Já o entrevistado EFDS2 (2018) destaca pontos negativos da nucleação ao afirmar que: “Apesar das escolas serem pequenas, os alunos tinham melhor rendimento e mais aprendizagem”. Isso porque, segundo ele, a condição do transporte é muito ruim, sendo necessário o aluno sair de madrugada, enfrentar estradas ruins, calor e isso atrapalha no rendimento pelo *stress* físico (Figura 2).

**Figura 2** – Condições das estradas que circulam o transporte escolar

---

<sup>9</sup> A identificação dos entrevistados está colocada de acordo com a escola a qual eles se relacionam, já que a identidade real foi resguardada. Além disso, a numeração, após a sigla do nome da escola, refere-se a sequência de entrevistados de uma mesma escola.



Autora: Luziane Miranda da Silva, 2018.

A percepção dos entrevistados foram confirmadas em campo, durante observação na EFDS, onde foi constatado que a escola atualmente tem turmas seriadas, com execução do I° e II° período, todos os professores com nível superior e o problema do transporte: alguns carros que atrasam diariamente 20, 30 e até 45 minutos (tempo de uma aula), tráfego em estradas ruins, carros que quebram e a estrutura física limitada.

Mesmo com o processo de fechamento de escolas isoladas e formação de uma escola nucleada, no município de Porto Nacional, com o argumento de economizar financeiramente, melhorar a qualidade do ensino e acabar com as turmas multisseriadas percebe-se que na prática que esses objetivos não foram efetivamente atingidos, mostrando a fragilidade das justificativas para o fechamento das escolas isoladas.

Levando em consideração o argumento da diminuição de gastos, Ferreira e Brandão (2012) afirmam que os gestores municipais utilizam o argumento de que é economicamente inviável manter escolas rurais isoladas, com turmas multisseriadas no campo e com isso penalizam os alunos transportando-os para as escolas dos centros urbanos. Eles afirmam que a análise dos dados não comprova efetiva economia financeira de dinheiro público nessa prática, e que há indicativos de motivações políticas e eleitoreiras.

Outra questão importante a ser entendida é que modernização da agricultura proletarizou parte dos detentores da pequena propriedade familiar. O latifúndio vai tomando conta do espaço agrário, muitas vezes desapropriando o pequeno proprietário

que se vê obrigado a vender a terra e mudar para a cidade. No Assentamento Pau D’arco, onde fica a Escola Pau D’arco (EPD), objeto desse artigo, com duas turmas multisseriadas e sob perspectiva de fechamento, estão presentes os grandes plantios de soja e todo maquinário utilizado para colheita e escoamento. Ao mesmo tempo existe a resistência da agricultura camponesa expressa nas pequenas roças de arroz, milho e outras culturas presentes na mesma comunidade (Figura 3).

**Figura 2 – Agronegócio X Agricultura Camponesa**



Autora: Luziane Miranda da Silva, 2018.

A relação entre agronegócio e fechamento de escolas já foi inferida por pesquisadores, e nesse caso podemos acrescentar que a ausência de políticas públicas como lazer, saúde, assistência técnica, subsídios agrícolas, transporte, pavimentação de estradas e outros elementos, juntos, contribuem para o esvaziamento dessa comunidade e consequente esvaziamento da escola. Nesse caso, a escola deve fechar, ou essas políticas públicas devem alcançar o campo para que as pessoas que lá habitam consigam produzir alimento e reproduzir suas vidas e formas de cultura?

A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Porto Nacional sugere o fechamento da Escola Pau D’arco e que seus alunos sejam transportados para a escola Faustino Dias dos Santos, que fica a, aproximadamente, 50 Km de distância, em outra comunidade rural. Ao ser perguntado sobre o fechamento da escola, o entrevistado EPD1 (2018) afirmou que não é de acordo e justifica dizendo que o campo já tem uma população envelhecida, e os alunos da escola são filhos de camponeses que podem fazer a sucessão familiar e os pais podem fazer um melhor acompanhamento dos filhos, que também ajudam os pais na propriedade - “Se o pai vai roçar ele vai, se o pai vai pegar uma vaca ele

vai”. Além disso, ele acredita que pode haver um ensino de qualidade no campo, e destaca também a questão da má qualidade do transporte e da má inspeção do mesmo, por isso é contra transportar os alunos para fora do assentamento.

Outra sugestão de fechamento pela SEMED de Porto Nacional é o da Escola Antônio Benedito Borges (EABB), também rodeada por lavouras de soja no seu entorno. A Escola fica a 42 km de Porto Nacional e, em 2018, tinha 42 alunos. A sugestão da SEMED é levá-los para a escola Ercina Monteiro Pereira, que fica no Assentamento Córrego do Prata, a aproximadamente 30 km da comunidade. Ao ser questionado sobre seu posicionamento em relação ao fechamento da escola, o entrevistado EABB1 (2018) disse: “Aqui já é difícil, imagina ir para o Prata, pra essas criança de quatro anos, andar com as crianças uma distância dessas, pra trazer aqui pra escola do assentamento os últimos alunos já chegam em casa 13: 30 hora da tarde” (ENTREVISTADO EABB2, 2018). O entrevistado EABB2 (2018) relatou que:

[...] eles [SEMED] alegam que os alunos são poucos e o gasto é mais, né? Para mim seria assim: vocês querem fechar uma escola? tem que ser na presença das autoridades, não na presença da secretaria porque eu não confio muito neles [...] você sabe que para a prefeitura eles fechavam por conta própria.

Por outro lado, o integrante da atual gestão da educação do campo, do município de Porto Nacional, afirma que:

A escola Antônio Benedito Borges não tem criança no assentamento para estudar, por isso a escola possui apenas 42 estudantes e o custo mensal da escola é de 30 mil reais, é quase nove mil reais aluno/ano. É um alto investimento, e a escola continua a funcionar com o multisseriado pelo baixo número de alunos. (INTEGRANTE DA ATUAL GESTÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM PORTO NACIONAL, 2018).

A Secretaria Municipal de Educação de Porto Nacional informou que em 2018 gastou mensalmente 440.668,99 reais com manutenção do transporte escolar, que os carros que fazem as 62 rotas passaram por processo de licitação e que há uma fiscalização. Apesar do investimento informado, o retorno não apresenta a qualidade que deveria, pois durante a observação na escola, e tendo feito o trajeto na “Van” que transporta os alunos, conclui-se que tem muitos pontos a melhorar, e o principal deles é a pontualidade no horário que os alunos devem chegar à escola, pois os atrasos são diários, o que compromete o tempo de estudo dos alunos.

O entrevistado EFDS1 (2018), afirmou que: “o problema do transporte é a rota que o motorista não dá conta de fazer, ele pega uma quilometragem sabendo que não vai conseguir entregar o aluno naquele tempo”. Para ele, a solução seria fiscalização por parte dos órgãos competentes, que fizessem vistorias, que fossem dadas somente rotas que o motorista realmente conseguisse cumprir. Outro fator agravante desse problema é a condição das estradas trafegadas, que são estreitas, cheias de buracos, algumas com pontes degradadas e no período chuvoso com atoleiros.

Outra questão envolvendo o transporte é o desgaste físico dos alunos, que acordam de madrugada e fazem trajetos extensos, passando horas chacoalhando em estradas ruins, o que compromete o rendimento e o aprendizado. Em pesquisa Vieira (1999, p. 59-60) problematiza e pergunta:

Qual o pai ou a mãe não se sente mais tranquilo/a tendo seus filhos e as filhas por perto, sem os riscos do transporte? Além disso, as crianças não ficariam menos cansadas e mais liberadas para as lidas do campo sem a necessidade de dispensar muito tempo dentro de um ônibus? E por último, como andam as condições das estradas do campo? Principalmente nos dias de chuvas intensas, crianças são deixadas longe de suas casas porque os meios de transporte não conseguem se aproximar das comunidades mais longínquas. Em outros casos, quando chove as crianças ficam impossibilitadas de comparecer as escolas.

Diante desses conflitos propomos que haja melhor diálogo entre essas escolas e secretaria de educação, observação da legislação vigente e organização comunitária, para que juntos cheguem ao acordo que melhor atenda o interesse educacional dos educandos. Mas, tendo observado a realidade de ambas as escolas e com base no depoimento dos entrevistados, assim como o resultado de outras pesquisas sobre fechamento de escolas do campo no Brasil, inferimos que o não fechamento nesses dois casos, seja a decisão mais acertada. Conforme o exposto, reafirma-se a importância de escola no campo, dado que a mesma é instrumento e espaço consolidado de aprendizagens e afirmação da identidade e cultura camponesa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O financiamento da educação básica das escolas do campo, apesar de estar garantido em lei, tornou-se um dos fatores condicionantes que impede a efetivação de políticas públicas destinadas aos povos do campo. No entanto, considera-se que os

governos devem pensar em educação como investimento e não como gasto, e considerá-la como forma de garantir dignidade aos sujeitos, sem a necessidade de sair do seu lugar de origem e de perder a identidade, criada na lida da terra e sua cultura.

O combate ao fechamento de escolas é um grande desafio. A existência de um aparato legal não é suficiente para barrar o fechamento de escolas no campo, sendo mais importante a organização comunitária. Somente unidos é que os sujeitos podem promover ações que venham a barrar o fechamento. Outros motivos podem ser apresentados para não se fechar uma escola do campo, pois além de ser um direito garantido por lei, estudar próxima a residência, facilita o acompanhamento da educação dos estudantes pelos pais, que podem participar das festividades, reuniões, ajudando a tomar decisões; reduz a evasão escolar, pode dispensar o transporte que quebra, atrasa, é cansativo e pode afetar no aprendizado, além dos riscos em estradas ruins.

O fechamento de pequenas escolas tendo como justificativa acabar com o modelo multisseriado para melhorar a qualidade do ensino é um argumento questionável, que não se verificou efetivamente na prática. Além disso, o multisseriado continua e pode ser uma opção viável, visto que nas avaliações aplicadas pela SEMED de Porto Nacional, os alunos de turmas multisseriadas não tiveram desempenho com diferença considerável em relação aos de sala seriadas. Mas as escolas multisseriadas precisam ter as condições (professores com formação pedagógica, instalações físicas e equipamentos adequados, materiais didáticos apropriados) de funcionamento e assistência pedagógica permanente no sentido de pensar metodologias adequadas para tal realidade.

Considerando o respeito à legislação existente, respeitando o tempo máximo de permanência que o aluno pode passar no transporte escolar, para se fechar uma escola é necessário fazer um estudo em torno dos potenciais da escola e sua comunidade, sobre o que causou a evasão dos alunos e o esvaziamento da comunidade e o que fazer para a escola se tornar mais atrativa. Assim, deve haver estudo de cada caso e diálogo entre essas escolas e secretaria de educação, para que juntos cheguem ao acordo que melhor atenda o interesse educacional e social do educando e sua comunidade.

É preciso considerar que o número reduzido de alunos em muitas escolas do campo se relaciona diretamente com o reduzido acesso as políticas públicas que poderiam garantir a permanência das famílias na comunidade. Esse fator não pode ser ignorado pelos governos quando fazem propostas de fechamento escolar, pelo contrário, esse deve ser um

motivo para garantir a permanência, muitas vezes da única política pública que existente na comunidade.

A escola do campo deve funcionar pautada em princípios da solidariedade, sustentabilidade, valorização da cultura camponesa, vinculação dos conhecimentos historicamente sistematizados com a realidade, aprendizado através do trabalho na terra e vínculo com organizações e os movimentos sociais. Somente essa escola pode desempenhar o papel de contribuir com a formação de cidadãos conscientes de sua realidade e que seja capaz de atuar sobre ela na consolidação de um campo mais justo.

Diante do conflito de interesse da SEMED Porto Nacional e das escolas sob perspectiva de fechamento - Pau D'arco e Antônio Benedito Borges - propomos que haja melhor diálogo entre essas escolas e secretaria de educação, observação da legislação vigente e organização comunitária. Tendo observado a realidade de ambas as escolas e com base no depoimento de pais, alunos, professores, lideranças da comunidade, assim como o resultado de outras pesquisas sobre fechamento de escolas do campo no Brasil, inferimos que o não fechamento nesses dois casos, seja a decisão mais apropriada.

Sobre a Nucleação da Escola Faustino Dias, a partir do fechamento de escolas isoladas, tendo como justificativa acabar com o multiseriado para melhorar a qualidade do ensino, concluímos que é um argumento questionável, uma vez que as melhorias estruturais e educacionais não se concretizaram efetivamente como foi proposto.

A perspectiva dos pais é ver seus filhos estudando perto de casa, numa escola boa, indo e vindo com segurança, com mais possibilidade de acompanhamento, que a escola proporcione um futuro melhor. São essas expectativas que provocam a resistência diária dos trabalhadores, educadores, educandos, movimentos sociais, universidades e que os motivam a lutarem pela consolidação da educação do campo e de outras políticas públicas.

É necessário reafirmar a necessidade da organização coletiva da luta dos movimentos sociais, universidades e sociedade civil pelo acesso a terra para quem nela vive e trabalha, pelo desenvolvimento da agricultura camponesa, pela importância da escola do campo com todos os níveis de ensino, políticas públicas de lazer, saúde e cultura, de forma a assegurar melhores condições de permanência do campo, evitando o êxodo rural e consequentemente combater à ampliação da miséria urbana.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernardo M. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Vol. 2. Brasília. DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 1999.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. **Censo Agropecuário, 2006**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=1464&t=censo-agro-2006-ibge-revela-retrato-brasil-agrario&view=noticia>>. Acesso em: dezembro de 2018

\_\_\_\_\_. Câmara de Educação Básica Resolução CNE/CEB. **Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. 2008. Disponível em: <[http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn\\_resolucao\\_2\\_de\\_28\\_de\\_abril\\_de\\_2008.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_resolucao_2_de_28_de_abril_de_2008.pdf)>. Acesso em janeiro de 2015.

BARROS, Luzani Cardoso; MOREIRA, Flavio; FINCO, Macus Vinícius Alves. **Políticas públicas e educação do campo no município de Dianópolis - TO: uma análise das escolas multisseriadas**. Editora: UFTD; Palmas, 2014.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **In: Revista Trabalho, Educação e Saúde** [online]. Mar./jun. 2009. v.7 n.1, p. 35-64. ISSN 1981-7746.

FERNANDES, Bernado Mançano. e MOLINA, Monica Castagna. O Campo da Educação do Campo. **In: MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. (orgs.). Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo**. Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, Brasília, DF: 2004.

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. Educação e políticas de fechamento de escolas do campo. **In: Anais do VII Seminário do Trabalho: Trabalho, educação e políticas sociais no século XXI**, 2012, Marília/São Paulo.

GUIMARÃES, Fábio de Oliveira. **Políticas públicas e fechamento das escolas do campo no Brasil**, 2017. Dissertação de Mestrado em Educação Agrícola. Instituto de Agronomia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica-RJ.

JANATA, Natacha Eugênia & ANHAIA, Edson Marcos de. Escolas/classes multisseriadas do campo. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 685-704, jul./set. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2175-623645783>>. Acesso em agosto de 2018.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Urbana e Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999- coleção versão da nossa época; v. 70.

MARIANO, Alessandro Santos; SAPELLI, Marlene Lucia Siebert. Fechar escola é crime social: causas, impacto e esforços coletivos contra o fechamento de escolas no campo. **Anais do 6º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais; 2º Seminário de Direitos Humanos**- Unioeste, 2014. Disponível em: <[http://cac.php.unioeste.br/eventos/Anais/servicosocial/anais/TC\\_FECHAR\\_ESC\\_CRIME\\_SOCIAL\\_CAUSAS\\_IMPACTO\\_ESFOR\\_COLETS\\_CNTRA\\_FECH\\_ESCS\\_CAMPO.pdf](http://cac.php.unioeste.br/eventos/Anais/servicosocial/anais/TC_FECHAR_ESC_CRIME_SOCIAL_CAUSAS_IMPACTO_ESFOR_COLETS_CNTRA_FECH_ESCS_CAMPO.pdf)>. Acesso em: janeiro de 2019.

MUNARIM, A. Movimento nacional de educação do campo: uma trajetória em construção. 17f. **31ª Reunião Anual da ANPEd**, Caxambu, MG, 2008. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em abril de 2018.

NOGUEIRA, Ariane Martins; RAMIRES, Júlio Cesar de Lima. O Agronegócio e o fechamento das escolas rurais no Brasil: algumas reflexões. **Anais do Congresso Interinstitucional Brasileiro de Educação Popular e do Campo**, UFG, Catalão, 2017.

PERIPOLLI, Odimar João & ZOIA, Alceu. O fechamento das escolas do campo: o anúncio do fim das comunidades rurais/camponesas. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**. Sinop/MT, v.1, n.2, p.188-202, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/educacao/article/viewFile/435/273>>. Acesso em dezembro de 2018.

PIRES, Angela Monteiro. **Educação do campo como direito humano**. Editora Cortez; São Paulo, 2012.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento Camponês trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana**. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

RODRIGUES A. C. S. *et. al.*. Nucleação de Escolas no Campo: conflitos entre formação e desenraizamento. In: **Revista Educação e Realidade**. Vol.42, nº. 2 Porto Alegre abr./jun. 2017. p. 22. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623657687> >. Acesso em março de 2020.

VIEIRA, Josimar de Aparecido. O significado do agrupamento de escolas do campo – nucleação. **Revista Pedagógica**, Chapecó, n. 02, 1999. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5736111.pdf>>. Acesso em janeiro de 2019.

Submetido em Abril de 2020  
Aceito em Junho de 2020